

**TODOS  
PEÇA  
EDUCAÇÃO**





**XI CONGRESSO 2014**

## ÍNDICE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2010-2014 .....	4
AS QUESTÕES DA EDUCAÇÃO .....	6
NEGOCIAÇÃO.....	13
INICIATIVAS POLÍTICO-SINDICAIS .....	19
INFORMAÇÃO E IMAGEM .....	23
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PARECERES .....	24
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS NACIONAIS E INTERNACIONAIS.....	24
DEPARTAMENTO INTERNACIONAL .....	27
AÇÃO SOCIAL.....	29
ORGANIZAÇÃO INTERNA.....	31

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2010-2014**

### **O PERCURSO POLÍTICO, ECONÓMICO, SOCIAL E SINDICAL E AS RESPOSTAS SINDICAIS**

O período de 2010 a 2014 teve uma palavra para o caracterizar e para definir o que política, social, económica e sindicalmente ocorreu ao longo destes anos. E essa palavra foi a palavra austeridade.

Este período foi marcado pelo agravamento sucessivo das condições de vida das pessoas, pela diminuição do Estado Social e das prestações sociais, pelo permanente agravamento do desemprego, pelo aumento da recessão económica e declínio da economia interna.

Só agora parecem surgir alguns ténues sinais de recuperação económica que no entanto não estão a ter para já quaisquer efeitos na melhoria das condições de vida de trabalhadores no ativo e aposentados.

Desde 2008 que, a nível internacional, se vinham sentindo múltiplos sinais de preocupação em relação à sustentabilidade das economias ocidentais, com particular destaque para os países periféricos.

Os primeiros sinais apercebidos em concreto e particularmente no nosso país conduziram à determinação de várias medidas de contenção orçamental. Deste modo, o governo de então e para responder à situação de extrema debilidade orçamental, lançou os sucessivos PEC's (do I ao III), durante os anos de 2009 e 2010. Estas medidas revelaram-se ineficazes para responderem à grave situação deficitária com que o nosso país se via confrontado. Aliás, essas medidas não foram só insuficientes como

em larga medida foram incumpridas por parte de quem tinha assumido o compromisso de as levar a cabo.

Foi neste contexto que, lançado um novo PEC, o IV, este foi reprovado, em 2011, na Assembleia da República. A consequência política foi a dissolução da Assembleia da República, sendo convocadas eleições para 5 de junho desse ano, das quais resultou um novo governo, assente numa maioria diferente da anterior e que foi empossado no final desse mesmo mês.

Entretanto, o governo anterior, com o suporte dos dois maiores partidos da Oposição da altura, tinha firmado com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, um memorando de entendimento que comsubstanciava um Plano de Ajustamento Económico e Financeiro, para permitir uma ajuda económica internacional extraordinária que, para ser aceite pelos nossos parceiros internacionais, integrava o compromisso de ser concretizado um conjunto de medidas nos mais diversos domínios, todas justificadas pela obrigação de reduzir o nosso nível de endividamento, equilibrar as finanças e flexibilizar o mercado do trabalho, mas que teve como consequências mais evidentes o crescimento do desemprego, a desvalorização real dos salários, um aumento brutal de impostos, graves dificuldades para o crescimento do PIB e uma recessão económica.

O governo que resultou das eleições de junho de 2011 e que se mantém atualmente em funções tem substancialmente adotado uma

agenda política e social que tem respondido aos compromissos assumidos naquele memorando de entendimento, e que tem representado uma diminuição do grau de intervenção do Estado naquilo que se considera como a base do Estado Social, ou seja, a Educação, a Saúde e a Segurança Social. A verdade é que a ação legislativa do atual Governo tem mesmo ultrapassado os compromissos nacionais definidos pelo Memorando de Entendimento. Estas medidas têm penalizado de forma dramática particularmente os trabalhadores da administração pública e os pensionistas, mas não deixaram de fora a generalidade dos Trabalhadores, quer em resultado da carga excessiva de impostos, quer do aumento da precariedade laboral, quer da diminuição das prestações sociais.

Já depois de medidas anteriores traduzidas em reduções salariais - só interrompidas pelo aumento salarial na Administração Pública em 2009 -, logo no início de 2011 foi imposta uma redução salarial de 5%, para a generalidade dos trabalhadores e pensionistas - do setor público e do setor privado -, e estabelecido um imposto extraordinário correspondente a quase metade do valor do subsídio de Natal.

Depois, no ano de 2012, o Governo manteve o corte dos salários em 5% (média), mas aplicou um novo corte à totalidade dos subsídios de Férias e de Natal aos trabalhadores da administração pública e aos pensionistas. Aos trabalhadores do setor privado o Governo impôs um imposto extraordinário correspondente a quase metade do valor do subsídio de Natal.

No ano de 2013, para além da manutenção das restrições que já vinham dos anos anteriores,

foi estabelecida uma nova tabela de IRS, a que acresceu ainda uma chamada contribuição extraordinária de solidariedade. Em termos práticos, o que daqui resultou foi ainda menor poder de compra e aprofundamento das desigualdades sociais.

O ano de 2014 não abrandou todas estas medidas, e nas vésperas do anunciado fim de execução do referido memorando, a ameaça que paira sobre os portugueses é de que a austeridade veio para ficar por muitos e longos anos.

Em todo este tempo, no setor privado, foi particularmente grave o abrandamento senão mesmo o congelamento da negociação coletiva, a que esteve sempre associado o receio de que as regras laborais fossem fortemente alteradas, em prejuízo dos direitos básicos dos trabalhadores.

A FNE acompanhou toda esta evolução e interveio, quer por si própria, quer através da UGT, no sentido de que todos conse-guíssemos a força imprescindível para travar aquilo que era uma onda que parecia imparável de retrocesso nos direitos dos trabalhadores e nas condições de vida das pessoas.

A intervenção política do movimento sindical sobre algumas das medidas de supressão de direitos dos trabalhadores da administração pública teve diversas dimensões e procurou sempre dar expressão à angústia que os trabalhadores sentiam.

Nem sempre com o sucesso que se desejava, mas com a capacidade de em muitas circunstâncias travar mesmo ou pelo menos reduzir aquilo que eram outras medidas ainda

mais gravosas, como particularmente se registou em relação ao processo relativo à TSU.

Mas outras medidas tentadas pelo governo foram alvo de chumbos pelo Tribunal Constitucional, nomeadamente o corte no subsídio de férias e no subsídio de natal de 2013 e o chumbo da lei dos despedimentos na administração pública. Aqui também a intervenção sindical foi essencial para acionar os mecanismos que puderam conduzir a esta decisão.

Criticámos sempre a ausência de políticas viradas para o desenvolvimento, para o crescimento e para a promoção do emprego. Apontámos como essencial que se deixasse um discurso e uma prática que se esgotavam na austeridade e que ignoravam as alavancas do crescimento económico.

Norteou a nossa ação a convicção de que, não podendo deixar de se cumprir as metas e os objetivos definidos pelo Memorando de Entendimento, se impunha ter em atenção as pessoas, em primeiro lugar, particularmente as mais frágeis, e garantir que as medidas a adotar respeitassem o princípio da equidade na sua repartição.

Foi por essa razão que entendemos como muito positivo, para se estabelecer um ambiente mínimo de paz social, o acordo estabelecido em sede de concertação social entre a UGT, o Governo e as confederações patronais, no início do ano de 2012. A sua natureza global e multisetorial, embora com concretizações significativas em variadíssimos aspetos, foi um referencial permanente para as nossas atitudes e ação sindical, pese embora o facto de, da parte do Governo, não se ter verificado o seu cumprimento, em aspetos

relevantes, que sucessivamente denunciámos.

De qualquer modo, e independentemente desta preocupação, a FNE discutiu nos seus órgãos estatutários a resposta adequada a todas as tentativas de pôr em causa condições de valorização e dignificação dos trabalhadores que representamos. Foi neste contexto que considerámos essencial mobilizar os nossos sócios para várias e importantes ações de protesto e indignação, nomeadamente: a **Manifestação Nacional da Administração Pública de 12 de novembro de 2011**, a **Greve Geral de 24 de novembro de 2011**, a **Manifestação Nacional de protesto da UGT, de 26 de outubro de 2012**, a **Greve Geral de 24 de maio de 2013** e a **Greve Geral da Administração Pública de 8 de novembro de 2013**.

#### AS QUESTÕES DA EDUCAÇÃO

O mandato que agora estamos a concluir iniciou-se no ano de 2010 e começou sob os auspícios de um acordo celebrado entre a FNE e o Ministério da Educação no dia 8 de janeiro desse ano que acabou com uma insensata, injustificada e inútil divisão dos professores em duas categorias e que determinou orientações muito concretas em termos de mudanças significativas ao nível da avaliação de desempenho dos docentes e ainda de valorização salarial.

Ao iniciarmos esse mandato, no segundo semestre do ano de 2010, já era patente que a conjuntura económica criava graves limitações àquele acordo, com exceção do fim da divisão da carreira e da simplificação do processo de avaliação de desempenho. Mas o certo, e ao contrário do que tinha ficado estabelecido, se estava a verificar:

- a não concretização do concurso extraordinário de docentes com que o

Ministério se tinha comprometido, demitindo-se da responsabilidade que o Estado tinha e tem de combater a precariedade e de respeitar as leis que aos outros impõe;

- a falta de intervenção em relação à acumulação de denúncias que se foram registando sobre práticas abusivas no regime de avaliação de desempenho, tendo o próprio Ministério determinado orientações que colidiram com a legislação estabelecida, fazendo com que o processo corresse o risco de perder credibilidade e a confiança dos docentes portugueses.

Por outro lado, o regime de **transferência de competências para as Autarquias** estava a traduzir-se em inúmeras situações injustificadas de confusão na gestão dos trabalhadores não docentes envolvidos nesse processo, por incapacidade particularmente do Ministério da Educação.

Aliás, e como não poderia deixar de acontecer, a nossa prioridade de trabalho, de intervenção e de preocupação, visou os **trabalhadores não docentes**, quer sejam os técnicos superiores, os assistentes técnicos e os assistentes operacionais do setor público, ou os que no setor particular e social se enquadram nesta categoria. Para eles, as nossas reivindicações orientaram-se no sentido da exigência da definição clara de conteúdos funcionais específicos, do respeito pelo direito à formação contínua e pela determinação de categorias adequadas às exigências que a escola de hoje lhes exige.

Também os professores de Língua e Cultura Portuguesas no estrangeiro foram duramente atingidos pelas medidas de contenção, visto que a redução dos seus salários resultou em montantes inferiores àqueles auferidos em

2006, recusando-se o Governo a realizar qualquer atualização.

Assim, o que se foi registando ao longo dos anos deste mandato foi que as questões relativas à Educação foram sofrendo o natural impacto negativo de medidas que, sendo globais, atingiam todos os setores da sociedade.

A imposição de medidas tendentes à diminuição dos custos da Educação teve reflexo em variadíssimos domínios do funcionamento do sistema educativo. O certo é que todas as medidas tiveram como principal motivação a preocupação de reduzir despesas a todo o custo, sendo definidas centralmente de uma forma distante da realidade, sem ter em linha de conta os contextos da sua concretização, e sobretudo sem preocupações de ordem pedagógica.

Ao longo dos tempos, a FNE colocou-se na vanguarda das ações contra a austeridade, e sobretudo contra a injustiça que as marcava. Por isso, promoveu várias iniciativas públicas, integrando concentrações e manifestações, sob o lema "A austeridade é para todos mas à medida de cada um". Ainda na vigência do governo anterior, a FNE lançou um abaixo assinado que estava associado a uma "**carta da indignação**" **que foi entregue no Ministério da Educação no dia 16 de fevereiro**, e que recolheu milhares de assinaturas de trabalhadores da educação.

Anunciadas as eleições para 5 de junho, a FNE elaborou um documento intitulado "**Roteiro para a Legislatura 2011-2015**", o qual foi entregue aos Partidos Políticos candidatos à eleições, durante os períodos da pré-campanha e da campanha eleitoral. Depois, e já com o governo saído das eleições de 5 de junho empossado, promovemos uma reunião em que

entregámos esse documento que amplamente identificava as questões que considerávamos deverem ter agendamento e resolução nos tempos seguintes.

Foi nesta sequência que o novo Ministério apresentou como primeira prioridade a questão da avaliação de desempenho, tendo o respetivo processo negocial ocorrido logo a partir de julho de 2011. E logo em 9 de setembro estas negociações concluíram com a assinatura de um **acordo relativo à revisão do regime de avaliação de desempenho dos docentes**. Foi uma vitória merecida para todos os que de forma persistente combateram os aspetos mais negativos do regime de avaliação de desempenho que, determinado em 2007, não conseguiu sobreviver efetivamente a 2011.

O facto é que, em relação a todo um outro conjunto de matérias, o atual governo tem revelado uma reduzida capacidade de as tratar a tempo e com tempo, e particularmente em ambiente de concertação. E os resultados positivos que se têm conseguido obter são fruto da fortíssima convicção e do empenhamento da FNE em encontrar soluções concertadas.

A precariedade laboral, o crescimento do tempo de trabalho, tantas vezes para tarefas inúteis, a diminuição das condições de desenvolvimento de um trabalho pedagógico consistente, têm sido genericamente os resultados da ação governativa, que, não sendo exclusivos ou iniciados pelo atual governo, se têm acentuando negativamente ao longo do último decénio.

Neste quadro, toda a contestação que desenvolvemos não deixou de ter na mira a redução dos **elevados níveis de precariedade** que marcam os trabalhadores da educação no nosso país, sejam os educadores de infância,

ou os professores dos ensinos básico, secundário e superior, ou os técnicos superiores, os assistentes técnicos ou os assistentes operacionais. Como se verá adiante, foram múltiplas e diversificadas as ações que desenvolvemos ao longo dos tempos em relação a esta questão, seja através de atividades públicas de contestação, seja através de denúncias junto das entidades que podíamos envolver para a resolução, seja através mesmo do recurso aos Tribunais.

O Ministério da Educação pretendeu resolver o problema da precariedade docente através da realização de concursos extraordinários e vinculação de contratados em 2013 e em 2014, para o que lançou processos negociais específicos e que em nenhum dos casos se concluíram por acordo, uma vez que em nenhuma circunstância foi respeitado o princípio legal de que ao fim de três contratações sucessivas e de ano inteiro se ganha o direito à vinculação.

Estes inaceitáveis níveis de precariedade foram ainda reforçados pela manutenção, até finais de 2012, da orientação no sentido do não pagamento pelo MEC das compensações por caducidade dos contratos de docentes, em claro desrespeito por aquilo que a lei geral determina, o que mereceu a intervenção jurídica dos Sindicatos da FNE em apoio de muitos docentes que, prejudicados, procuraram o nosso apoio. Embora a compensação por caducidade tenha sido adotada em relação aos contratos de 2013 e seguintes, fica por resolver o problema de direito para as contratações de anos anteriores, relativamente a muitas das quais há decisões de Tribunais favoráveis a docentes.

Outra área que mereceu a nossa atenção foi a dos **concursos de docentes**. Estes ficaram

assinalados por situações que nos mereceram muitíssimas críticas e denúncias, colocadas nas mais diversas instâncias. Desde o inadequado e às vezes ineficaz funcionamento da plataforma de concursos, até à discricionariedade com que em muitas circunstâncias foram conduzidos os processos de seleção e colocação de docentes. Foi possível estabelecer com o MEC, em 2012, um importante acordo para revisão do regime de concursos de docentes. Apesar de não termos obtido a totalidade das pretensões que colocámos sobre a mesa negocial, a verdade é que foi possível introduzir importantes correções, fazendo crescer as condições de justiça relativa entre candidatos. A prática demonstrou que tínhamos razão em relação às reservas que apresentámos por ocasião da celebração do acordo. Mas, ao invés de acolher as nossas críticas e sugestões, o MEC promoveu já em 2014 um processo negocial para revisão do mesmo diploma de concursos, o qual não teve desfecho com acordo, porque não resolvia nenhum dos problemas essenciais que tínhamos identificado.

Uma outra área significativa para a nossa intervenção foi a que disse respeito ao acompanhamento das sucessivas intervenções de **reorganização curricular**. Fizemo-lo em função de preocupações educativas e pedagógicas, mas também em função do seu impacto em termos de empregabilidade docente. Com efeito, no final do ano de 2011, em 11 de dezembro, o MEC apresentou para debate público um documento base para a reorganização curricular dos ensinos básico e secundário, manifestamente caracterizado pela inconsistência das propostas. Aprovada, apesar da nossa contestação e entrada em vigor no ano letivo 2012/2013, esta “reforma” teve como objetivo essencial a eliminação de algumas disciplinas e áreas curriculares e não curriculares e a diminuição do número global

de horas letivas por ano escolar de várias disciplinas, sem fundamento pedagógico que justificasse tais medidas. Isto traduziu-se, na prática num elevado número de professores com insuficiência de horário e ainda uma brutal diminuição da contratação de vários milhares de professores, sendo que muitos deles já tinham mais de dez e quinze anos de serviço docente.

Uma outra medida relevante que teve a nossa intervenção pública foi a imposição de novos critérios para a **reorganização da rede escolar** que passou dos agrupamentos já constituídos e consolidados a novas agregações, registando-se que nalguns casos se agregaram três e quatro mil alunos e em outros casos agregou escolas de concelhos inteiros, sem qualquer medida pedagógica que acompanhasse esta reestruturação. Para a FNE, esta situação exigia medidas de compensação descentralizadas no plano pedagógico. Para além dos nefastos problemas pedagógicos que esta medida encerra, ela mais não serviu do que provocar mais um choque na já dramática insuficiência de horários provocados pela reforma curricular.

No entanto, impõe-se assinalar positivamente que foi possível encontrar pontos de convergência em relação a dois importantes espaços de negociação, reivindicados desde a entrada em funções do atual Governo, e que tiveram a ver com o **novo modelo de autonomia e gestão das escolas** e com a **alteração ao diploma de recrutamento e concurso do pessoal docente** e sobre os quais se celebraram os acordos com o MEC.

Em relação ao **novo modelo de autonomia e gestão das escolas**, assistiu-se a um crescimento qualitativo positivo em relação ao anterior modelo. Foi alcançada uma

clarificação da composição e também das competências do conselho pedagógico, que passa a ser integrado apenas por docentes, como é natural num órgão de intervenção científico-pedagógica. Passou a haver, em relação à escolha do coordenador do departamento curricular, uma alteração significativa, que é o facto de não ser designado pelo diretor, mas eleito, embora com base numa lista de três nomes elaborada pelo diretor. Algumas matérias significativas não ficaram contempladas no novo diploma, nomeadamente a composição do conselho geral, onde desejávamos que houvesse um reforço da participação dos professores e dos trabalhadores técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais, e maior nitidez na distinção entre o diretor e o conselho pedagógico, tendo sido proposto que o diretor não fosse o presidente do conselho pedagógico, ou seja reivindicávamos que este órgão elegeisse o seu próprio presidente, o qual deveria integrar o conselho geral da escola. Apesar destas situações que não ficaram acolhidas no texto final do diploma, isto não significou que se tenha levantado oposição ao novo texto, uma vez que este representou uma mudança positiva em relação à situação pré-existente.

Em relação ao acordo que permitiu a **alteração do diploma de recrutamento e concurso do pessoal docente**, houve alterações significativas que vieram de encontro à proposta elaborada e apresentada pela FNE. Entre as alterações relevantes é de salientar: o destacamento por condições específicas, que foi retirado do diploma de concursos e passou a ser tratado em diploma autónomo, o que passou a libertar estas situações que podem ocorrer em qualquer altura do ano, da cronologia estreita do desenvolvimento dos concursos. Os concursos para destacamento

por ausência de componente letiva e para aproximação à residência passaram a integrar o concurso designado por mobilidade interna. As permutas passaram a ser possíveis, quer para docentes dos quadros quer para docentes contratados no concurso de contratação inicial. Ao nível dos professores contratados, o acesso ao concurso externo em 1.<sup>a</sup> prioridade, os candidatos têm de ter exercido funções docentes em pelo menos 365 dias nos últimos 6 anos. Passou a ser considerado horário anual o que tiver início até 31 de dezembro e vigorar até 31 de agosto de cada ano escolar. Nos critérios para a seleção da contratação a nível de escola foi valorizada com especial relevância a graduação profissional. Passou a ser possível aos candidatos que possuam habilitação profissional serem opositores ao concurso externo aos respetivos grupos de recrutamento. Diminuiu-se o número de intervalos de horários nas preferências dos candidatos à contratação inicial e reserva de recrutamento. Os candidatos portadores de habilitação própria passaram a poder concorrer à contratação de escola.

A questão da **formação contínua de docentes** e da sua reorganização foi também uma das preocupações da FNE ao longo deste período. Só em 2012 é que o MEC iniciou o processo negocial para a revisão do respetivo diploma legal, o qual pôde ser concluído com acordo, em setembro desse ano. Mesmo assim, só em 2014 é que o MEC está a apresentar as propostas relativas ao regime de funcionamento dos Centros de Formação das Associações de Escolas, faltando ainda negociar o despacho que regulamenta os limites de tempo de formação a que estarão obrigados os docentes que integrarem as bolsas de formadores desses centros. Considerámos genericamente positiva aquela negociação, a qual, no entanto, só com a sua

concretização, que ainda não se iniciou, poderá revelar a inteira justeza das soluções determinadas.

Outra área estratégica da qualidade do sistema educativo e do combate à precariedade laboral é o que se prende com a **organização do ano letivo**. Aqui, quer o regime curricular, quer as regras de concurso, assumem uma relevância particular, nomeadamente num tempo em que o governo não só reduziu drasticamente os níveis de contratação, como estabeleceu mesmo medidas - que combatemos sistematicamente - e que mais não visaram do que a “libertação” de milhares de docentes dos quadros, associando a figura de “ausência de componente letiva” com a de “requalificação profissional”. E, como se isto não bastasse, assistiu-se sempre a tentativas de fazer crescer o tempo de trabalho dos docentes.

A FNE, a este propósito, defendeu sempre que não há professores a mais e que as respostas educativas vão sendo cada vez menos, e que agindo desta forma é com prejuízo para os níveis de qualificação dos portugueses.

Assim, e para além do cuidado com que negociámos o diploma de concursos e a forma empenhada como interviemos a propósito da revisão curricular – nos vários momentos que foi registando -, sempre exigimos participação ao nível do despacho anual de organização do ano letivo.

Aliás, foi a propósito deste documento que se conseguiu **estabelecer, em 24 de junho de 2013, um entendimento** que manteve a duração do tempo de trabalho letivo e em que o crescimento do tempo de trabalho da administração pública para as 40h só teve repercussão no aumento da componente de trabalho individual.

Neste período de tempo, o governo tentou ainda recuperar a prova de acesso à profissão docente, estabelecida no Estatuto da Carreira Docente imposto em 2007. Desta feita, o MEC transformou essa prova em **prova de avaliação de conhecimentos e competências**, o que não retirava nada ao seu caráter injustificado e inútil, como a FNE sempre denunciou. O certo é que, no final de 2013, o MEC quis impor a sua concretização, tendo a FNE combatido essa intenção das mais variadas formas, como se regista mais adiante. Apesar de não conseguir provisoriamente a eliminação da prova do ECD, a FNE obteve, no quadro da UGT, em 4 de dezembro, um importante **acordo que libertou mais de 25 000 docentes da obrigação de realizar aquela prova**, por registarem mais de cinco anos de serviço docente.

Como se vê, se em alguns - poucos – aspetos foi possível chegar a acordo, para o que foi essencial o contributo determinado da FNE, o certo é que em relação a muitas outras matérias, sistematicamente identificadas e denunciadas, não foi possível nem chegar a acordo e várias vezes nem sequer o estabelecimento de etapas negociais.

Assim, e para além do quadro de negociações, a FNE não deixou de centrar a sua reivindicação em torno de uma melhor educação, evidenciando que **se exigem mais e melhores respostas educativas**. Neste quadro de ação, regista-se toda a contestação desenvolvida e que não deixou de ter como alvo a redução dos elevados níveis de precariedade e o desemprego para que foram lançados milhares de professores, muitos deles com mais de dez e quinze anos de serviço, em consequência da revisão curricular dos ensinos básico e secundário.

Em maio e junho de 2013, a FNE conduziu um importante conjunto de iniciativas, traduzidas numa **campanha de exigência de condições para uma educação de qualidade e de denúncia dos constrangimentos que têm sido sucessivamente impostos à Educação.**

A verdade é que o Governo persistiu em apresentar propostas que eram particularmente gravosas para os trabalhadores da administração pública, e que na prática se traduziam em menos emprego através de despedimentos cegos.

Foi neste quadro que quer a UGT quer a FNE avançaram com um conjunto de ações de contestação que, na área da Educação, tiveram particular expressão num longo período de **greves entre 11 e 17 de junho de 2013**, a que se associou ainda uma **Manifestação Nacional de Professores, em 15 de junho**. Mas foi na sequência desta forte contestação que foi possível estabelecer um conjunto de compromissos no sentido de maior estabilidade profissional e de respeito pelo tempo de trabalho dos docentes, como já se referiu anteriormente.

Neste balanço genérico do mandato de 2010 a 2014, saudamos particularmente, pela sua importância e pelo seu pioneirismo, a importante iniciativa que constituiu a **I Convenção conjunta FNE-CONFAP**, realizada em abril de 2013, para uma estratégia convergente de uma escola pública de qualidade e com equidade, em linha aliás com uma campanha semelhante levada a cabo, a nível mundial, pela IE, denominada *“Unite For Quality Education – Better Education For a Better World”*. E nas vésperas do Congresso com que finalizamos o mandato, concretiza-se a II Convenção, sob o atual tema da autonomia das nossas escolas.

Ainda inserida na campanha da IE, a FNE organizou em parceria com o CEDEFOP uma Visita de Estudo, entre 24 e 28 de março de 2014, em que participaram 15 especialistas europeus em Educação, provenientes de 13 países, sob a égide do tema *“Social Dialogue in defining and implementing new knowledge, skills and competences”*.

No âmbito do ensino superior e da investigação, e tendo em linha de conta o quadro de substancial autonomia que está, e bem, atribuído às Instituições **de Ensino Superior**, o nosso relacionamento com o MEC foi claramente diminuto. A verdade é que, depois de termos conseguido com o governo anterior, a revisão dos estatutos das carreiras dos docentes do ensino superior universitário e politécnico, o espaço de intervenção foi diminuído de forma significativa.

Entretanto, mantivemos um acompanhamento sistemático do funcionamento do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, particularmente no que dizia respeito às condições de financiamento. No quadro da UGT, aliás, demos contributo importante, particularmente com o CRUP, para a garantia de preservação de condições de financiamento.

No **setor privado**, é de sublinhar negativamente a paralisação da negociação coletiva que impediu aumentos salariais em 2012 e 2013. E mesmo a anunciada denúncia pela AEEP do Contrato Coletivo.

A FNE teve uma ação determinante, no que diz respeito à proposta apresentada pela AEEP em 2012 em que pretendia o congelamento das progressões e o aumento do horário de trabalho, quer para os docentes, quer para os

não docentes do ensino particular e cooperativo, tendo-a recusado liminarmente manifestando a total indisponibilidade para negociar a proposta que já tinha sido recusada no ano de 2011 com a celebração do acordo com a própria AEEP. Neste momento, estão a ser lançados todos os esforços para celebrar um novo CCT, que só terá o nosso acordo se representar um esforço de dignificação e valorização dos profissionais do setor, com a preservação dos atuais níveis de empregabilidade.

Na conclusão deste mandato, sublinha-se o empenhamento de todos os sindicatos, dirigentes e ativistas no reforço do papel da FNE, na sua confirmação como grande força do diálogo e da negociação, mas também como importante fator de valorização e dignificação dos trabalhadores que representa, através de uma ação reivindicativa consistente.

### **NEGOCIAÇÃO**

Como já se referiu, a FNE teve um empenhamento permanente, total, na ação reivindicativa, não tendo sido possível que de tal atitude resultassem sempre resultados satisfatórios, atendendo à indisponibilidade do Governo e do Ministério da Educação em acolher muitas das nossas propostas e contrapropostas que sucessivamente fomos apresentando.

Embora a intencionalidade da FNE fosse a de criar um clima negocial propício à resolução de problemas, com a disponibilidade e empenho que nos caracteriza, apoiada em documentos escritos sobre o nosso pensamento, tal não foi possível devido, essencialmente, à recusa do Governo particularmente decorrente da contenção orçamental.

Apesar de tudo, e embora o contexto tenha sido claramente adverso, não se podem

ignorar importantes ganhos em matérias sensíveis para os profissionais que representamos, o que justifica em pleno o empenhamento com que sempre foram tratadas todas as matérias e o investimento privilegiado na via do diálogo social e da concertação.

### **Com o Ministério da Educação**

#### **A avaliação de desempenho de docentes**

Como já se referiu, esta foi uma das áreas que neste quadriénio começou por ser das prioritárias, em termos de intervenção sindical. Ainda com o governo então em funções, a FNE:

- Apresentou propostas concretas de simplificação para a operacionalização da avaliação de desempenho, com correção de algumas das medidas anunciadas e que nos pareciam totalmente desajustadas e inadequadas;

- Propôs o estabelecimento de um Grupo Misto (FNE e ME) para acompanhamento de dificuldades que ainda viessem a ser identificadas, com a finalidade de apresentar propostas de soluções adequadas;

- Propor que se iniciasse em janeiro de 2011 o processo de negociação das alterações a introduzir no modelo de avaliação de desempenho, a serem adotadas no ciclo de avaliação de 2011/2013.

A FNE denunciou inúmeros problemas e constrangimentos existentes em muitas escolas com a operacionalização da avaliação de desempenho dos docentes, tendo exposto múltiplas situações de excessos que a legislação não impunha, como ainda propôs medidas que permitissem que a avaliação de desempenho se concretizasse sem que constituísse a preocupação primeira de cada docente na sua atividade profissional.

Da análise feita nas escolas, referiu ter a FNE constatado, de entre outros, os seguintes problemas:

- Excesso de burocracia, excesso de trabalho com pedidos de documentação e de evidências excessivas;
- Insuficiência, e por vezes inexistência de professores com o papel adequado de acordo com os requisitos definidos para o cargo;
- O não reconhecimento de competências do avaliador, em muitas situações, dos professores relatores;
- Conflitos de interesses verificados entre avaliador e avaliado com vista à atribuição das menções de Excelente e Muito Bom.

Ainda no quadro deste processo, a FNE interveio na apreciação e discussão de um projeto de portaria de avaliação do desempenho dos diretores e outros docentes com funções de gestão e administração.

Depois, com o governo saído das eleições de junho de 2011, foi celebrado o acordo já anteriormente referido e que permitiu a clara simplificação do processo de avaliação de desempenho. O certo é que, com o congelamento das progressões em carreira determinado desde 2011, o processo de avaliação de desempenho está praticamente inoperacional para a maioria esmagadora dos docentes.

### **Indisciplina e violência em contexto escolar**

A FNE interveio de forma continuada e persistente no domínio do enquadramento legal das situações de indisciplina e violência em contexto escolar. Desde logo quando em 2010 o Governo tomou a iniciativa de propor à Assembleia da República uma lei que definia o crime de violência escolar, abrangendo os

maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais, a qualquer membro da comunidade escolar a que também pertença o agressor.

A FNE defendeu sempre que as escolas têm de ser espaços em que a autoridade de quem tem a competência para a exercer seja respeitada e os diferentes intervenientes na comunidade educativa, respeitem o seu exercício, como uma normal ação adstrita à especial função que desempenham.

Ao longo dos tempos, a FNE denunciou situações inaceitáveis de violência verbal e física contra docentes e não docentes. Não se tratando de ocorrências que fossem em grande quantidade, cada uma delas foi entendida como particularmente grave. Por outro lado, tem crescido a indisciplina dentro e fora da sala de aula.

Já no ano de 2014, o MEC apresentou um relatório sobre segurança escolar, procurando dar uma dimensão reduzida e até com contornos de diminuição para esta problemática. De imediato a FNE reagiu, quer denunciando o caráter insuficiente desse relatório, quer solicitando uma reunião com o MEC, a qual já se realizou, e de cujas consequências se esperam concretizações a breve prazo.

Em relação a esta matéria, e para além da exigência da severa punição de agressores, a FNE entendeu sempre que estas questões exigiam que a organização escolar dispusesse de recursos humanos que pudessem, não apenas intervir em situações de indisciplina e violência, mas sobretudo que as evitasse. Para este efeito, consideramos necessária a constituição de equipas multidisciplinares – com psicólogos, educadores sociais e

assistentes sociais – a nível de cada agrupamento de escolas.

A questão particular dos psicólogos escolares mereceu uma atenção particular, estando em curso iniciativas de conjugação de perspetivas não só da FNE como da CONFAP e da Ordem dos Psicólogos, das quais se aguarda a produção de um documento a apresentar o mais brevemente possível ao MEC.

### **Organização do ano letivo**

Como já se referiu, esta foi uma área que nos ocupou longamente em todo este mandato, pela sua importância em termos de organização do tempo de trabalho dos docentes. Sempre exigimos intervir na produção do documento final, porquanto esse diploma anual intervém ao nível das condições de trabalho, pelo que a intervenção sindical é imprescindível. O MEC sempre teve opinião diferente, embora tenha acabado sempre por, de uma forma ou de outra, auscultar as organizações sindicais.

A este nível, as nossas preocupações incidiram particularmente sobre a dimensão das turmas, a possibilidade do seu desdobramento, a duração das atividades inscritas como componente não letiva de estabelecimento, as regras de distribuição das atividades letivas e não letivas, os créditos horários atribuídos às escolas para o desempenho de cargos de gestão intermédia. Sobre elas apresentámos propostas e contrapropostas, sendo de registar que, por efeito das greves de junho de 2013, foi possível melhorar o despacho relativo ao ano letivo de 2013/2014.

### **Revisão Curricular dos Ensinos Básico e Secundário**

A FNE tomou posição sobre a proposta de revisão curricular preparada em 2010 pelo

então Ministério da Educação, e que abrangia os docentes de Educação e Visual e Tecnológica (EVT), alterando o modelo de leção da disciplina, de par pedagógico para apenas um docente, pelo que manifestou total desacordo em relação a tal medida.

Para além da redução das necessidades de pessoal docente, também o fim das áreas curriculares não disciplinares, nomeadamente a de Área de Projeto, teria efeito sobre o emprego dos professores de EVT que maioritariamente as asseguram.

Complementarmente, este tipo de medidas iriam repercutir-se no emprego de professores contratados, que ao longo de vários anos se mostraram necessários ao sistema.

O governo atual, por seu lado, impôs uma gravosa revisão curricular que, retomando os aspetos mais negativos das propostas do governo anterior, se traduz na aplicação de lógicas pedagógico-educativas que nos merecem forte contestação, porque se traduzem na efetiva diminuição e claro estreitamento das ofertas educativas, para além de terem como reflexo mais imediato a diminuição do emprego no setor da educação.

### **Remuneração da Classificação das Provas de Exame**

A FNE classificou como injusto e injustificado que o Ministério da Educação tivesse deixado de pagar, a partir de 2010, a remuneração adicional aos professores classificadores dos exames nacionais, considerando-a uma medida meramente economicista que mais não pretendeu, à custa de trabalho extraordinário, não pago, de muitos docentes, diminuir um custo no orçamento do Ministério da Educação.

### **Alteração de Regras de Organização dos Horários Noturnos**

A FNE bateu-se também contra a medida adotada em finais de 2010 para alterar as regras de pagamento dos horários com componente noturna, através de uma norma que alterou os critérios que até aí eram adotados, e esquecendo a especificidade do trabalho que é desenvolvido na componente noturna, pelo tipo de públicos que só nesta fase do dia têm condições para aceder à escola.

### **Ensino Superior**

Ao nível do Ensino Superior, a atuação do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior (MCIES), no governo anterior, e o MEC no atual governo, não permitiram uma abordagem negocial como seria desejável.

Continuámos a constatar a pouca visibilidade e disponibilidade para reunir com a FNE, mantendo-se em aberto um conjunto de preocupações para as quais não se vislumbra resolução.

### **PISA 2009 e 2013**

A FNE analisou os dados dos estudos PISA 2009 e 2013, divulgados pela OCDE e exprimiu em ambos os casos a convicção de que uma desejável melhoria ainda mais consistente nos resultados escolares dos alunos portugueses exige mudanças na organização curricular e na organização das escolas.

A FNE considera positivo o contributo que a OCDE presta ao realizar e divulgar estudos desta natureza, mas assinala a especificidade do caso português, de modo a não ser potenciada expressão excessiva à comparação entre países a que a forma de apresentação do estudo pode conduzir.

Com efeito, sendo o estudo direcionado para jovens com 15 anos de idade, o certo é que em Portugal, com aquela idade, são abrangidos alunos desde o 5º ano de escolaridade até ao 9º ano. No entanto, a FNE considerou como sendo francamente positivos os resultados obtidos pelos alunos que, com 15 anos, estão a frequentar o ano de escolaridade que corresponde a um percurso escolar sem repetências.

A FNE registou também que, em termos nacionais, e em ambos os estudos, os alunos portugueses registaram consideráveis progressos nas suas aprendizagens, tendo em conta que este estudo abordou os níveis da literacia de leitura, da literacia matemática e da literacia científica, assinalando-se que Portugal foi um dos países que, face aos restantes países envolvidos nestes estudos, mais progrediu tendo, assim, atingido a média dos países da OCDE. Contudo, não poderemos deixar de manter a pretensão legítima de podermos atingir patamares muito mais elevados do que os atuais, nem podemos esquecer que aqueles bons resultados foram, em parte, conseguidos num contexto social, económico e educacional mais favorável.

Não obstante estes dados, a FNE está consciente de estes estudos são realizados de uma forma pontual, não avaliando longitudinalmente a progressão dos alunos, na posterior continuidade dos seus estudos. Por outro lado, nestes processos foram auscultados os diretores das escolas, os pais, os funcionários, não tendo acontecido o mesmo com os docentes.

Para a FNE, estes resultados não deixam contudo de contornar a instabilidade e o carácter excessivamente experimentalista das sucessivas políticas educativas, para além de serem consequência de anos sucessivos em

que o nosso sistema educativo não previu qualquer tipo de avaliação externa para os seus alunos.

Por outro lado, a FNE reconhece que os dados divulgados, não podem justificar ou refletir, pela positiva, alterações recentes de políticas educativas.

### **Trabalhadores Não Docentes**

A FNE defendeu, de uma forma premente, a urgência da necessidade da definição, de uma vez por todas, das especificidades das funções que estes Trabalhadores desempenham no interior das escolas, quer sejam públicas ou privadas, fazendo com que estes se reconheçam nos papéis específicos que concretizam, de acordo com a esfera da ação educativa em que se movimentam, de modo a potenciar a sua motivação.

A FNE, desde o início do processo de transferência de competências na área da Educação sempre manifestou sérias reservas em relação ao seu calendário, à sua oportunidade e ao seu conteúdo.

Apesar das suas reservas, a FNE não deixou de assinar o acordo em que assentou o diploma regulamentador da transferência de competências, tendo deixado em ata as suas preocupações quanto às condições de operacionalização do processo.

Volvido este tempo em que o modelo tem estado a ser implementado, a FNE viu concretizarem-se alguns dos seus receios e, na generalidade, a FNE entende que este processo defraudou as expectativas positivas que nele depositou.

Na verdade, o reforço de transferência de competências na área da educação para as autarquias não resultou em mais valias significativas para o funcionamento das escolas

e do sistema educativo, para a realização profissional dos docentes e do pessoal de apoio educativo. Pelo contrário, salvo algumas exceções, assitiu-se à substituição do centralismo do Ministério da Educação pelo centralismo da Câmara Municipal, mantendo-se ou agravando-se os procedimentos burocráticos.

Por outro lado, os diretores das escolas perderam os seus poderes de gestão, nomeadamente em relação ao pessoal de apoio educativo.

Finalmente, a dualidade de critérios de gestão de trabalhadores com idênticas funções mas, uns na dependência do Ministério da Educação e outros na dependência da respetiva Câmara Municipal, conduzem a uma situação que dificilmente se compreende no atual quadro de funcionamento do sistema educativo.

A FNE teve oportunidade de, em reuniões com vários membros do Governo, sublinhar a sua leitura dos problemas que foi inventariando, tendo identificado caminhos de solução, particularmente no que se refere à gestão dos referidos trabalhadores.

Essas soluções passaram, no entender da FNE, por duas ordens de decisões:

- Definição dos conteúdos funcionais dos trabalhadores de apoio educativo;

- Clarificação da distribuição de competências entre Autarquia e direção das escolas.

Para além desta situação, dois aspetos mereceram a nossa atenção:

- Qualificação e Profissionalização destes Trabalhadores;

- Vinculação ao Sistema Educativo.

A FNE continuou a defender a negociação de um Acordo Coletivo de Trabalho para o Pessoal de Apoio Educativo dos jardins de infância e das escolas dos Ensinos Básico e Secundário que permita a:

- Definição do que são os conteúdos funcionais específicos das categorias do Pessoal de Apoio Educativo;

- Determinação/Clarificação das competências dos Autarcas e dos diretores das escolas nas situações em que tenha havido/haja transferência de competências para as Autarquias.

O trabalho desenvolvido ao nível do pessoal de apoio educativo tem permitido perspetivar caminhos que possibilitem a resolução dos problemas que os afetam, sendo de reconhecer o esforço desenvolvido na concertação de posições nas reuniões dos sindicatos da FNE com os restantes sindicatos da UGT que representam estes trabalhadores.

A FNE tem sublinhado a total discordância com a utilização dos “CEI” para responder a necessidades permanentes das escolas, bem como o modo como são contratados os tarefeiros.

### **Professores do Ensino de Português no Estrangeiro**

A FNE participou em várias reuniões com os Secretários de Estado das Comunidades Portuguesas dos governos que neste período de tempo estiveram em funções, com o objetivo de resolver situações que afetam os Professores de Ensino de Português no Estrangeiro

As matérias relativas aos docentes do ensino português no estrangeiro foram muito sensíveis ao longo deste período de tempo. Invocando a situação económica e a crise, a

verdade é que o investimento nesta oferta educativa foi reduzindo sucessivamente, provocando múltiplas intervenções, particularmente com o Instituto Camões. Nesta área, a ação desenvolvida pelo Sindicato dos Professores das Comunidades Lusíadas (SPCL) foi crucial, na defesa intransigente destes docentes.

As matérias tratadas neste período de tempo disseram respeito ao regime geral destes docentes, ao regulamento de avaliação dos coordenadores, e às condições de trabalho – constituição dos grupos-turma, horário de trabalho, assistência na doença, formação contínua.

Destas matérias merece relevância a alteração ao regime jurídico do EPE, em negociação datada de julho de 2012, o qual mereceu o acordo da FNE, tendo no entanto ficado em ata final a total discordância da FNE relativamente à introdução da taxa de frequência para a inscrição nalguns cursos do EPE

O Conselho Consultivo do Instituto Camões, de que fazemos parte, só reuniu uma única vez, em todo este período.

### **NEGOCIAÇÕES COM AEEP, APESP, ANESPO, UIPSS e UMP**

Em 2011, foi possível terminar com acordo a negociação da revisão do CCT com a AEEP. Foi uma negociação muito condicionada pelas particulares dificuldades que o País vivia, mas que teve como preocupação dominante a preservação do emprego, só possível em condições de sustentabilidade das empresas promotoras dos estabelecimentos de ensino.

Em relação aos restantes instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho, estes anos foram de prática estagnação, quer em

relação ao clausulado, quer em relação às tabelas salariais.

Por outro lado, e apesar de conversas e negociações com a ANESPO e com a APESP, ainda não foi possível estabelecer contratação, nem para as escolas profissionais, nem para o ensino superior privado.

### **Assessoria Jurídica**

Foi garantida sistematicamente, a nível interno, a disponibilização de um "Boletim Jurídico", o qual constituiu uma síntese informativa sobre legislação ou normativos publicados.

Foram também elaborados documentos de suporte e análise jurídica relativos às negociações com o MEC.

### **INICIATIVAS POLÍTICO-SINDICAIS**

#### **Greve Geral de 24 de novembro 2010**

A FNE, através dos seus sindicatos, desenvolveu um grande esforço de informação e de mobilização para a Greve Geral de 24 de novembro.

Ao longo das centenas de reuniões e visitas a escolas que realizámos, foi patente o grande sentimento de revolta, de indignação e de rejeição perante as políticas que tinham como alvo as condições de vida dos trabalhadores, antecipando um clima de recessão económica em 2011, ao contrário do que deveria acontecer, no sentido de políticas de crescimento, de desenvolvimento e de promoção do emprego.

A FNE congratulou-se com a forte adesão à greve geral pelos trabalhadores portugueses, e em especial pelos trabalhadores da educação, traduzindo-se numa resposta de dimensão

adequada às injustiças que estavam em vias de ser concretizadas.

A greve geral foi considerada histórica, pela enorme dimensão que alcançou, constatando-se o fecho de um grande número de escolas.

#### **Ciclo de debates sobre a educação e o futuro - 2011**

A FNE promoveu, no início do ano de 2011, um importante ciclo de debates que visava refletir sobre os desafios que considerávamos prioritários para a Educação. Esse ciclo de debates integrou:

15 de janeiro - "As alterações curriculares e as implicações no emprego", no Porto, com o Professor José Augusto Pacheco

18 de fevereiro – Os concursos de docentes, em Lisboa, com o diretor-geral dos recursos humanos da educação, Mário Pereira

3 de março - "Avaliação de desempenho – avaliar a aplicação para corrigir o modelo", no Porto, com Maria do Rosário Gama

17 de março – com David Justino, em Lisboa

30 de março – com Ramiro Marques, em Lisboa

13 de abril - "Por um compromisso social pela Educação", com Joaquim Azevedo, em Coimbra

28 de abril - "O Futuro da Aprendizagem", com Roberto Carneiro, em Lisboa

#### **Roteiro para a Legislatura 2011-2015**

O Secretariado Nacional da FNE elaborou um documento proposta que apresentou aos Partidos Políticos antes das eleições legislativas antecipadas de 5 de junho, e que designou por "Roteiro para a Legislatura 2011-2015".

Além desta iniciativa, a FNE promoveu um seminário de apresentação das propostas de diferentes partidos para a área da educação, e que decorreu em Lisboa no dia 23 de maio de 2011.

### **Fórum FNE 2012**

6, 7 e 8 setembro - Fórum FNE “Desafios aos sindicatos da educação em tempo de crise” – 30º aniversário da FNE - Hotel Barcelona – Lisboa.

### **Dia Mundial do Professor**

#### **5 de outubro 2012**

A FNE associou-se à Organização Internacional do Trabalho (OIT), Internacional da Educação (IE), UNICEF e Programa de desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP), para celebrar o Dia Mundial do Professor, este ano com o lema “Apoia os teus professores”. SPZN e SPZC largaram milhares de balões, em escolas de vários pontos do país, acompanhados da mensagem “Apoia o teu Professor” e realizaram pequenas palestras com alunos em contexto de sala de aula. Por seu lado, o SDPA organizou um Sarau Cultural, em Ponta Delgada, e Jogos com Orientação, na Ilha Terceira.

#### **5 de outubro de 2013**

A FNE associou-se à Organização Internacional do Trabalho (OIT), Internacional da Educação (IE), UNICEF e Programa de desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP), para celebrar o Dia Mundial do Professor, este ano com o lema “A call for teachers – Taking the lead for quality education”. A FNE produziu um bilhete postal pré-endereçado ao Ministro da Educação – enviado posteriormente por professores – exigindo políticas públicas por uma Educação de qualidade.

### **Conferência Internacional da FNE 2012**

A FNE promoveu, em 12 dezembro de 2012, uma Conferência Internacional sob o lema “Combater a crise - investir na Educação e na Formação, qualificar os portugueses, valorizar os trabalhadores da educação”, a qual decorreu no Auditório do Montepio Geral, em Lisboa.

### **Contra a precariedade**

Perante a persistência de incumprimento, por parte do MEC, quer das normas nacionais em termos de vinculação de contratados, quer mesmo da diretiva da UE contra a precariedade, a FNE apresentou, em fevereiro de 2013, nos TAF de Lisboa, Porto, Évora e Funchal, ações que visam obter, em sede jurisdicional, a vinculação que é exigível para os casos de contratações sucessivas e em horários completos por mais de três anos.

### **Alerta público contra os cortes na educação**

A FNE promoveu uma reunião extraordinária do seu Secretariado Nacional, em 5 de fevereiro de 2013, em Lisboa, um encontro, agendado com caráter de urgência, para discutir e aprovar uma resolução de denúncia e de alerta face à situação do setor da Educação.

Após o Secretariado Nacional os dirigentes concentraram-se à porta do MEC, na Av. 5 de Outubro, onde apoiaram a entrega da resolução aprovada na reunião do secretariado nacional sobre o momento social e educativo.

Esta iniciativa pretendeu ser um alerta ao MEC para que não prosseguisse na intenção de levar por diante as medidas propostas pelo FMI, recusando-se em absoluto a dispensa de milhares de professores e outros trabalhadores, como técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais, bem como a imposição unilateral do aumento

do horário de trabalho, nem novos cortes salariais!

**Convenção Nacional FNE/CONFAP “Por uma Educação Pública de Qualidade para Todos” – Universidade Fernando Pessoa, Porto, 6 abril.**

A FNE e a CONFAP realizaram em 6 de abril de 2013, no Porto, a sua I Convenção Nacional, assumindo o compromisso de manter no futuro uma parceria entre as duas organizações com vista à defesa da escola pública.

Professores, pais e não docentes reuniram-se nessa ocasião em nome de uma Educação de qualidade para todos, e com intervenções de David Justino, de Guilherme Pinto – Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos -, de Celso Ferreira – Presidente da Câmara Municipal de Paredes -, de Maria de Lurdes Fernandes – Vice Reitora da Universidade do Porto -, e de Guilherme d’Oliveira Martins. No encerramento deste encontro, esteve o Secretário de Estado dos Ensinos Básico e Secundário, João Grancho.

**1º de maio 2013–concentração e cordão humano em frente ao MEC.**

Centenas de Trabalhadores da Educação responderam à chamada da FNE e no 1º de maio de 2013 iniciaram as comemorações de forma diferente. Vindos de vários pontos do país rumaram a Lisboa, e começaram as celebrações do Dia do Trabalhador com uma concentração em frente ao Ministério da Educação e Ciência (MEC), para dizer basta aos cortes cegos na Educação e reclamar uma verdadeira aposta no setor, como estratégia para o desenvolvimento económico de Portugal.

A concentração teve início logo pelas 13h30, com os Trabalhadores da Educação, com

bandeiras, cartazes, bastões, Zés – Pereira e bombos que deram um colorido único aos protestos, que serviram para deixar uma mensagem especial relativamente à responsabilidade da tutela na preservação de uma escola pública de qualidade, após o que se dirigiram para o Marquês de Pombal, para se integrarem na manifestação organizada pela UGT.

**Campanha, greves e manifestações por outras políticas e contra a precariedade e o aumento do tempo de trabalho**

Para combater, em 2013, a proposta de lei do Governo que pretendia substituir a figura da mobilidade especial pela da requalificação e contra a revisão do Estatuto da Carreira Docente, a FNE assumiu, nos meses de maio e junho um conjunto de ações de contestação e luta.

Assim, e entre 27 de maio e 14 de junho de 2013, movimentou uma campanha nacional “A educação em ação por um futuro melhor”, em que se procedeu à distribuição de informação em escolas por todo o país, dando expressão ao descontentamento de todos os trabalhadores da educação do setor público.

Depois, participou nas ações de contestação e luta que foram desenvolvidas pela FESAP e pela UGT para combater as medidas gravosas para os trabalhadores da administração pública.

A FNE decidiu ainda convocar, em convergência com outras organizações sindicais, uma **manifestação nacional de professores, no dia 15 de junho em Lisboa.**

Ainda no âmbito deste conjunto de ações, convocou-se greve ao serviço de avaliações para os dias 11,12,13,e 14 de junho, bem como para 17 de junho.

No final deste conjunto de ações, e na noite de 23 para 24 de junho, foi possível consagrar em ata um conjunto de respostas positivas que permitiram estancar o processo de luta, tendo sido obtidos significativos compromissos por parte do MEC.

### **Apresentação do livro comemorativo do 30º aniversário da FNE**

No dia 18 de julho de 2013, a FNE promoveu uma ação pública de apresentação do livro comemorativo do seu 30º aniversário. Nessa sessão, interveio o sociólogo Alan Stoleroff, que fez uma apresentação sobre os estudos que tem desenvolvido acerca da intervenção sindical docente em Portugal.

### **Combate à prova de conhecimentos e competências**

Confrontada pelo MEC, no final do mês de julho de 2013, com propostas inaceitáveis de imposição de uma prova de avaliação de conhecimentos e competências, a FNE esgotou todos os recursos em sede negocial para combater esta intenção, nomeadamente através do recurso ao pedido de negociação suplementar, que ocorreu em 23 de agosto.

O MEC manteve inalteráveis as suas intenções e avançou com a operacionalização da prova, o que mobilizou a FNE para uma nova campanha, sob o lema “Todos contra a prova”, com grande impacto também no Facebook. Esta ação traduziu-se, entre outros, num conjunto de concentrações:

- 25 novembro - 17h00 - *Concentração de Professores “Contra a prova de avaliação e a política educativa em geral” – Largo da Portagem, Coimbra.*

- 25 novembro – 17h30 – *Praça da República, Viseu.*

- 27 novembro - 17h00 - *Concentração de Professores “Contra a prova de avaliação e a*

*política educativa em geral” – Praça do Campo Pequeno, Lisboa.*

- 28 novembro - 16h30 - *Concentração de Professores “Contra a prova de avaliação e a política educativa em geral” – Praça Giraldo, Évora.*

- 30 novembro - 10h30 - *Concentração de Professores “Contra a prova de avaliação e a política educativa em geral” – Praça Gomes Teixeira, Porto.*

- 30 novembro - 15h00 - *Concentração de Professores “Contra a prova de avaliação e a política educativa em geral” – Estação CP (Av. Combatentes até Praça Liberdade), Viana do Castelo.*

A FNE chegou a admitir a convocação de greve dos docentes encarregados da vigilância da prova, mas deliberou não avançar para esta forma de luta, no quadro de uma diligência efetuada no âmbito da UGT e que resultou na decisão do MEC de dispensar da realização da prova todos os docentes contratados com mais de cinco anos de serviço.

### **Dia Nacional do Trabalhador Não Docente**

A celebração do Dia Nacional do Trabalhador Não Docente, em 26 de novembro de 2013, constituiu também um evento que não só assinalou as nossas preocupações globais pela qualidade da educação, como ainda a importância destes Trabalhadores para a escola de sucesso que todos ambicionamos.

### **Greve Geral da Administração Pública**

O Secretariado Nacional da FNE deliberou em reunião realizada no dia 23 de outubro de 2013, em Lisboa, decretar greve dos seus Associados Trabalhadores da Administração Pública, para o dia **8 de novembro**, contra um Orçamento de Estado injusto, cego e empobrecedor dos portugueses, e exigindo

outras políticas e outras formas de decisão política que valorizem e dignifiquem os Trabalhadores e promovam o crescimento e o emprego, garantindo uma oferta educativa de qualidade e com equidade.

**Seminário “Educação e Formação – Uma Estratégia para Preparar o Futuro – Consolidar as Uniões UGT e a UGT – O Papel da FNE e dos seus Sindicatos”**

A FNE organizou em Viseu, nos dias 24 e 25 de janeiro, em parceria com a UGT e CEFOSAP, um seminário para discussão e reflexão sobre “Educação e Formação – Uma Estratégia para Preparar o Futuro”. Pretendeu-se com esta iniciativa avaliar a situação económica e social do país, definir os âmbitos de intervenção de educação e formação como estratégias para o desenvolvimento e o emprego e promover o crescimento da intervenção dos dirigentes das Uniões que são membros dos sindicatos da FNE.

**INFORMAÇÃO E IMAGEM**

Este departamento procurou garantir, quer através de lógicas intensivas de partilha de informação interna, quer através de ações de disponibilização de informação, para os sócios dos sindicatos da FNE, para a Comunicação Social e para o público em geral.

O Jornal “Notícias da Federação” foi publicado no mês de novembro de 2010. Fevereiro, maio, setembro e novembro de 2011, janeiro, abril e novembro de 2012

Relativamente aos comunicados à imprensa foram elaborados diversos, ao longo dos meses, incidindo sobre todas as áreas de intervenção da FNE.

Tendo como meta a maior visibilidade possível, todos os convites recebidos da comunicação social, bem como todos os contactos e pedidos de entrevista, tiveram o melhor acolhimento,

traduzindo-se num grande número de presenças nos Jornais, Rádio e na Televisão.

O site da FNE, assim como as redes sociais, tiveram múltiplas atualizações de modo a informarmos de todas as nossas atividades, propostas e reivindicações.

No âmbito deste departamento, realizaram-se, em 2012, ações de formação sobre informação e comunicação, junto dos dirigentes do SPZN e SPZCentro, no Porto e Coimbra, respetivamente.

Este departamento promoveu: monitorização diária da Imprensa e de órgãos institucionais ligados à Educação; elaboração e divulgação do clipping; contactos formais e informais com os jornalistas; produção de conteúdos para o site da FNE; recolha e produção de conteúdos para o jornal da FNE; produção de comunicados; produção de Notas de Agenda; produção de Press Releases; produção de conteúdos para vídeos.

As relações com os Órgãos de Comunicação Social foram asseguradas pela difusão frequente de comunicados de imprensa, através dos quais se veicularam as posições que defendemos e se anunciaram as atividades que realizamos.

Entre março de 2011 e março de 2014, foram produzidos 59 comunicados, 107 notas de agenda, e disponibilizadas 241 peças de televisão e 115 peças de rádio. Temos registo de 764 notícias publicadas na imprensa escrita, com referência à FNE.

A preocupação de difusão dos comunicados da FNE e de outra informação pertinente, com o máximo de rapidez possível, foi garantida ainda pelo estabelecimento de duas bases de dados, uma constituída pelos endereços eletrónicos de todas as escolas, e outra constituída pelos

endereços eletrónicos dos sócios que os Sindicatos disponibilizaram.

Por outro lado, este departamento teve a consciência de que a comunicação e informação com recurso às novas tecnologias tem de ser uma aposta cada vez maior, revelando-se eficaz e com baixos custos. A FNE, através desta área de intervenção, manteve o seu sítio na Internet atualizado de forma permanente, associado à utilização de redes sociais, particularmente o Facebook, o Twitter e o Youtube. Ainda no âmbito das competências deste departamento, foram produzidos diversos materiais de suporte à dinamização e ação sindical.

Através do portal da FNE foram ainda recebidos inúmeros pedidos de sindicalização online.

**Estatisticamente, registamos o seguinte quadro:**

	2011	2012	2013	2014	TOTAL
<b>Artigos no Site</b>	958	460	656	188	2262
<b>Newsletters</b>	82	43	72	21	218
<b>Vídeos no Site</b>	139	71	165	36	411
<b>Facebook (artigos)</b>	115	199	254	59	627
<b>Sindicalizações (online)</b>	41	47	21	3	112

#### DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PARECERES

O DEP, criado em 30 de novembro de 2010, recolheu, tratou e sistematizou diversa informação tendo como objetivo proceder ao seu arquivo de modo a possibilitar a sua utilização interna, nomeadamente ao nível da construção de propostas e pareceres.

Assim, de uma forma global, foram arquivados diversos estudos, guias, pareceres e relatórios, num total de 325 documentos.

#### RELAÇÕES INSTITUCIONAIS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Participámos e demos todo o contributo às organizações em que nos encontramos filiados, nacionais e estrangeiras, de âmbito sindical, pedagógico e formativo.

#### **União Geral dos Trabalhadores (UGT)**

Participámos, de modo ativo, na constituição de decisões e propostas da Central, assim como nas reuniões dos órgãos nos quais temos assento.

A nível distrital, a FNE participou com os seus representantes nas reuniões dos Órgãos das Uniões.

Regista-se ainda a manifestação do 1º de maio, em Lisboa, na qual a FNE esteve presente com uma representação de algumas centenas de manifestantes.

Na sequência do Congresso da UGT, realizado em 21 e 22 de abril de 2013, a presidência da Central passou a ser assumida pela Vice Secretária Geral da FNE, Lucinda Manuela Dâmaso.

Em representação da FNE, passaram a estar, na Mesa do Congresso e do Conselho Geral, Cristina Ferreira (STAAESRA), no Secretariado Nacional, Josefa Lopes, como efetiva, e Maria José Rangel e Carlos Guimarães, como suplentes.

Também no âmbito da UGT, a FNE participou ativamente nas reuniões mensais do Grupo de Trabalho da Negociação Coletiva, onde são analisadas diversas matérias relacionadas com

a negociação coletiva, entre representantes dos sindicatos filiados na UGT.

### **Conselho Económico e Social (CES)**

O secretário-geral da FNE integrou entre 2011 e 2013 a representação da UGT no Conselho Económico e Social, e neste âmbito na Comissão Especializada de Política Económica e Social. Com a entrada em funções da nova presidente da UGT, em abril de 2013, Lucinda Manuela Dâmaso, Vice Secretária Geral da FNE, esta passou a integrar aqueles órgãos, dos quais o secretário geral deixou de fazer parte.

### **Órgãos de Soberania e Partidos Políticos**

#### **2010**

- Audiência na Comissão de Educação e Ciência para apresentação das conclusões do Congresso da FNE, Assembleia da República, Lisboa, 9 de novembro;

- Audição da Comissão Parlamentar de Educação sobre a Transferência de Competências para os Municípios, Lisboa, 7 de dezembro;

- Conferência “A Ciência em Portugal”, promovida pela Comissão Parlamentar da Educação e Ciência, na Assembleia da República, Lisboa, 20 de dezembro.

- Reunião com o Presidente do Partido Social Democrata (PSD), Lisboa, 22 de novembro.

#### **2011**

20 de janeiro – reuniões com Grupos Parlamentares do CDS-PP e do PSD

9 de março - receção de início de mandato do Presidente da República

14 de março - conferência da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência

“Transferência de competências para os Municípios em Matéria de Educação”, Lisboa

20 de março - sessão de encerramento do 24º Congresso do CDS/PP, Viseu

30 de março - audição Parlamentar sobre a Avaliação de Docente (Grupo Parlamentar do PSD)

5 de abril - conferência parlamentar sobre Educação Especial

10 de abril - Sessão de Encerramento do Congresso do PS, Matosinhos

14 de abril – reunião com Bloco de Esquerda

20 de abril – reunião com MEP

25 de abril - cerimónia Comemorativa do 25 de Abril – Palácio de Belém

28 de abril – reunião com Partido Ecologista “Os Verdes”

5 de maio – reunião com CDS-PP

9 de maio – reunião com PSD

11 de maio – reunião com PCP

18 de julho – reunião com o Bloco de Esquerda

31 de outubro – reunião com o Partido Socialista

8 de novembro - audição Pública do Bloco de Esquerda sobre orçamento do estado para a educação e ciência

#### **2012**

O secretário-geral da FNE integrou, em 27 de fevereiro, uma delegação da UGT para uma reunião com o Primeiro Ministro, no âmbito do Conselho Europeu, que se realizou em março de 2012, em Lisboa.

18 janeiro - 09h30 - Assembleia da República - Audição Pública sobre reorganização Curricular – Sala do Senado – Lisboa

9 maio - 09h30 - Audição Parlamentar sobre Educação Especial – Lisboa

16 maio - 09h30 - Conferência Parlamentar “Autonomia e Inovação Curricular: olhares diferenciados” – Lisboa

### **2013**

19 fevereiro - 12h30 - Reunião com o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda para apresentação da resolução da FNE aprovada em Secretariado Nacional – (Palácio S. Bento), Lisboa.

19 fevereiro - 15h30 - Reunião com a Comissão de Educação, Ciência e Cultura para apresentação da resolução da FNE aprovada em Secretariado Nacional – Palácio S. Bento, Lisboa

21 fevereiro - 17h30 - Reunião da FNE com o Grupo Parlamentar do CDS-PP para apresentação da resolução da FNE aprovada em Secretariado Nacional (Palácio S. Bento), Lisboa

27 fevereiro - 15h30 - Reunião da FNE com o Grupo Parlamentar do PS para apresentação da resolução da FNE aprovada em Secretariado Nacional (Palácio S. Bento), Lisboa

27 fevereiro - 17h00 - Reunião da FNE com o Grupo Parlamentar do PSD para apresentação da resolução da FNE aprovada em Secretariado Nacional (Palácio S. Bento), Lisboa

6 março - 9h30-13h - Conferência Parlamentar sobre Formação Inicial e Contínua na área da Educação Especial – AR (Sala do Senado), Lisboa

8 março - 12h00 - Reunião da FNE com o Grupo Parlamentar os Verdes para apresentação da resolução da FNE aprovada em Secretariado Nacional – AR - (Ed. Velho), Lisboa

12 março - 11h00 - Reunião da FNE com o Grupo Parlamentar do PCP para apresentação da resolução da FNE aprovada em Secretariado Nacional – Lisboa (Palácio S. Bento), Lisboa

16 março - 09h30 - Encontro Nacional sobre Educação, Formação e Ciência promovida pela FAUL – Auditório da Junta Freguesia de S. João de Deus, Lisboa

3 abril - 9h30-13h - Conferência “Reflexão sobre os Currículos de Ensino Profissional na Escola Pública”, promovida pela Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura – AR (Auditório do Novo Edifício), Lisboa

5 setembro - 18h00 - Reunião da FNE com Federação Distrital do Porto do Partido Socialista - Sede da FNE, Porto.

30 outubro - 17h00 - Reunião com o Grupo Parlamentar do Bloco Esquerda – AR, Lisboa

13 novembro - 16h00 - Reunião da FNE com o Grupo Parlamentar do PS – AR Lisboa

### **Conselho Nacional da Educação (CNE)**

Participámos ativamente nas atividades desenvolvidas pelo CNE, quer ao nível do Plenário, quer ao nível das comissões especializadas, através da representante da FNE neste órgão, Maria Arminda Bragança:

A atividade regular das comissões do CNE compreendeu o acompanhamento de diferentes temáticas. Esse acompanhamento traduziu-se num trabalho ativo de organização de audições, seminários e debates em torno das matérias enunciadas e que apoiaram, em

muitos casos, a elaboração dos pareceres e recomendações emitidos.

Terminado o mandato de Maria Arminda Bragança no CNE, a representação da FNE neste órgão, passou a ser assegurada, a partir de setembro de 2013, pelo secretário geral.

### **AFIET**

Foi garantida a participação regular da FNE nos órgãos sociais desta entidade, proprietária do ISET, nomeadamente nas assembleias gerais.

### **Representação em atividades dos membros da FNE**

Em múltiplas atividades dos sindicatos membros da FNE, foi assegurada a participação de membros dos órgãos centrais da Federação, em atitude solidária e de apoio.

### **Outras representações nacionais**

A FNE esteve presente, através de delegações oficiais, em centenas de eventos promovidos pelas mais diversas entidades nossas parceiras na sociedade.

Procuramos desta forma preservar e reforçar as nossas relações com outros parceiros da área da educação, particularmente a CONFAP, a CNIPE, a ANMP, a ANDAEP, a ANDE, o FLE, a ABIC, a APROTED.

### **DEPARTAMENTO INTERNACIONAL**

A FNE participou ativamente, em termos internacionais, em várias iniciativas, reuniões estatutárias, seminários, assim como contribuiu para o fortalecimento do sindicalismo internacional.

Enquanto membro fundador da Internacional da Educação, a FNE participou em todas as reuniões estatutárias, quer da estrutura mundial, quer da estrutura europeia que lhe

está associada, o CSEE (Comité Sindical Europeu da Educação).

Para além deste nível de participação, a FNE tem vindo a assegurar, através do SPZN, a representação da UGT no TUAC – o comité consultivo da OCDE para a educação e formação.

Ainda no âmbito da UGT, a FNE e os seus sindicatos membros têm integrado representações da Central, quer no âmbito da CES – Confederação Europeia de Sindicatos e da CSI – Confederação Sindical Internacional.

A FNE integra também a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa – Sindical da Educação, juntamente com todas as organizações sindicais da área da Educação de Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S.Tomé e Príncipe e Timor, e ainda com parceria especial com a Galiza.

Registamos ainda que a FNE foi consultada diretamente pela OCDE, em reuniões realizadas em Lisboa, sobre alguns temas importantes da área da Educação, desde a avaliação externa das escolas, a avaliação de docentes e a administração escolar.

De 22 a 25 de maio de 2012, decorreu no Porto uma cimeira entre a FNE e o Sindicato de Professores da Estónia.

Participámos nas manifestações europeias promovidas pela Confederação Europeia de Sindicatos: 9 de abril de 2011, em Budapeste; 21 de junho de 2011, no Luxemburgo; 17 de setembro de 2011, em Cracóvia; 14 de março de 2013, em Bruxelas.

Realizou-se em Madrid, no dia 15 de fevereiro de 2011, um encontro entre delegações de dirigentes de ambas as organizações, no sentido de se estabelecer um balanço das

políticas educativas nos dois países, com incidência particular sobre o impacto da crise na área da educação.

Estivemos também presentes, em 21 e 22 de outubro de 2011, na Marcha contra os cortes e em defesa de uma escola pública, promovida pela FETE-UGT, em Madrid.

### ***Internacional da Educação***

A FNE esteve representada, entre 16 e 24 de janeiro de 2011, na Primeira Conferência Mundial da IE sobre a Mulher, em Banguécoque.

Ao nível do ensino superior, temos procurado manter representação no Comité do Ensino Superior e Investigação, que neste momento reúne duas vezes por ano, normalmente em Bruxelas.

Uma delegação da FNE esteve presente no 6º Congresso Mundial da Internacional da Educação, realizado na cidade do Cabo, entre 19 e 26 de julho de 2011.

### ***Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE)***

No quadro da sua participação, a FNE integra, desde a sua constituição, o Comité do Diálogo Social Europeu da Educação, participando, quer no plenário (assegurando a representação sindical nacional), quer nos grupos de trabalho que no seu âmbito estão constituídos.

Além deste nível, a FNE tem vindo a participar em vários projetos desenvolvidos, quer apenas pelo CSEE, quer por este em conjugação com a Confederação Patronal Europeia da Educação, nomeadamente no projeto “A Educação e a formação profissional na aprendizagem ao longo da vida – o papel dos Sindicatos”, “A utilização das TIC para a promoção do sucesso escolar”, “A Educação e a formação em tempo de crise”, “A violência em contexto escolar”,

“Auto avaliação das escolas e professores como instrumentos para identificar futuras necessidades profissionais”, “Os sindicatos de professores solidários por ambientes de trabalho saudáveis e seguros em tempo de crise económica”

### ***Trade Union Advisory Committee (TUAC) – OCDE***

Este grupo de trabalho realiza anualmente duas reuniões em Paris, onde analisa o desenvolvimento dos diferentes projetos em que a OCDE está envolvida ao nível da Educação e Formação. Têm obviamente especial destaque as discussões que aqui se realizam, com a participação de vários especialistas e dirigentes da OCDE, sobre o PISA, o TALIS e outros estudos, como o que nos finais de 2013 foi apresentado sobre os níveis de qualificação da população adulta dos países da OCDE que integram o respetivo projeto.

### ***CPLP-SE***

De 28 a 31 de julho de 2011, a FNE esteve presente no congresso da Organização Nacional de Professores, de Moçambique, em Nampula.

Entre 8 e 16 de janeiro de 2012, integrámos o Curso de formação sindical no âmbito da CPLP-SE, em Luanda, e estivemos presentes no 1º congresso Ordinário da Federação da Educação - Angola (Benguela).

Entre 16 e 22 janeiro de 2012, integrámos igualmente um Curso formação sindical no âmbito da CPLP-SE, em Moçambique, realizado em Maputo.

Em 23 e 24 de abril de 2012, estivemos nas celebrações do Dia Nacional do Professor de Cabo Verde, na Praia.

De 30 abril a 8 maio de 2012, integrámos o Curso de Formação Sindical, no âmbito da CPLP – SE, em S. Tomé e Príncipe.

Desde maio de 2013 que a nossa dirigente Maria Armanda Bragança assegura, e até 2016, a coordenação da CPLP-SE.

### **AÇÃO SOCIAL**

O departamento de ação social desenvolveu um conjunto significativo de atividades, com o objetivo de lançar projetos de apoio social e cultural nos mais diversos domínios, para os sócios dos Sindicatos da FNE.

No âmbito deste departamento, um dos vetores de grande preocupação foi a determinação de um seguro de saúde que se revelasse adaptado às necessidades dos sócios. A nossa opção centrou-se na oferta de um seguro de saúde inscrito na MGEN, o qual tem vindo a ganhar consistência, tendo em conta o sei inegável interesse e as ótimas condições de adesão e de funcionamento.

O protocolo estabelecido com a CGD que permitiu o lançamento dos cartões ITIC FNE e CLASSIC FNE, não tendo a repercussão com que foi concebido, continua a constituir uma interessante oferta social.

Para além deste setor, procurou-se intensificar as relações com instituições de ensino superior. Neste quadro, foi celebrado um protocolo de cooperação com a Universidade Fernando Pessoa.

## **Protocolos em vigor**

### **Automóvel**

Saint Gobain Autover Portugal  
(Glassdrive)

MCOUTINHO-Reparação e  
Manutenção automovel

### **Bancos**

Barclays Bank PLC

Caixa Geral Depósitos

### **Educação**

Cassidy & Heron, Lda

Escola de Línguas - Encouter English

Escola Superior de Enfermagem de  
Santa Maria

Escola Superior Paula Frassinetti

Escolas Cambridge, SA

ISCE

ISET

ISPGAYA

Universidade Fernando Pessoa

Universidade Aberta

Universidade Católica

Universidade Portucalense

### **Ginásio**

Foz Health Club

Parque Health Club

Solinca

### **Informática**

Profebox – Ermesinde

### **Restaurantes**

Vintage Club - Espaço Sequencial

### **Saúde**

António Manuel Carvalho Castanho-  
Psicólogo Clínico

Clínica Carlos Oliveira

Clínica Central da Areosa

Clínica Central do Bonfim, S.A.

Clínica Medicina Dentária, Dr.  
Joaquim Morais

Consultório de Psicologia Dr<sup>a</sup> Sara  
Carvalho Malhoa

CRID-centro de reabilitação,  
intervenção e desenvolvimento  
Dermokorpus

Enferidas-Serviço Enfermagem  
Domicílio

IAP-Instituto Avaliação Psicológica

Institutóptico

Ótica do Olival

Os Pequenos Doutores - Consultório  
Médico

Persona - Clínicas de Nutrição e  
Estética, Lda.

Resisénior-Lar e cuidados domicílio

TrofaSenior Residências

### **Seguros**

MGEN - Seguro de saúde vitalício e  
sem exclusões, mesmo acima dos 65  
anos.

### **Turismo**

AC Hotel Porto

Barcadouro, Lda

Belver Hotel

Beta Porto Hotel

Boa Vista Hotel - Albufeira

Casa de Lamas

Casal da Batoca

Continental Hotels

Forte S. Francisco Hotel

Fundação Inatel

Grande Hotel da Cúria

Grupo Lena Turismo (Monte Real -  
Leiria) - Hotéis Eurosol e Palace Hotel  
Monte Real e Termas de Monte Real

Hotéis Heritage Lisboa

Hotel Afonso V - Aveiro

Hotel As Américas – Aveiro

Hotel Axis Hotel Golf

Hotel Beta Porto

Hotel Carandá

Hotel Cidnay

Hotel da Aldeia - Albufeira

Hotel José Estevão – Aveiro

Hotel Novacruz

Hotel Palmela Village

Hotel Príncipe Real

Hotel Régua Douro

Hotel Rural Monte Carmo

Hotel Suave Mar

Hotel Termas de Monção

Hotel Turismo Braga

Hotel Viana Sol

Hotel Vila Galé SA

Inatel Luso

Mercure Lisboa (ACCOR)

PAXTUR

Porto Dona Maria – Lagos

### **Comunicações**

OPTIMUS

### **Informática**

Profebox – Informática

Istore - Apple premium Reseller -  
Informática

**ORGANIZAÇÃO INTERNA**

Ao longo do mandato, a distribuição da reuniões dos órgãos estatutários foi a seguinte:

**Mapa de reuniões desde 24 outubro de 2013**

	<b>Comissão Permanente</b>	<b>Secretariado Nacional</b>	<b>Conselho Geral</b>	<b>Comissão Disciplinar e Fiscalizadora de Contas</b>
<b>2010</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>2011</b>	<b>23</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>2</b>
<b>2012</b>	<b>20</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
<b>2013</b>	<b>24</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>1</b>
<b>2014</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>23</b>	<b>15</b>	<b>5</b>

